

24^o CURSO ANUAL DO NPC

COMUNICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR
QUAL O PAPEL DA COMUNICAÇÃO POPULAR
E SINDICAL NO ANO DE 2019?



NPC
Núcleo Pesquisas
de Comunicação

DE 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2018
RIO DE JANEIRO/RJ

Sumário

- . **Educação: uma luta de todos nós.**
Apresentação do Livro-Agenda NPC de 2019.....3
Por Claudia Santiago

- . **Reforma trabalhista e as perspectivas do sindicalismo.....4**
Por Rogério Campanate

- . **Comunicação pública e o golpe.....6**
Por Laurindo Lalo Leal Filho

- . **Pacificando Sentidos: o papel político-discursivo do RJTV durante as ações de "pacificação" das favelas cariocas.....11**
Por Kleber Mendonça

- . **Umbanda: uma religião brasileira.....16**
Por Ana Lucia Vaz

- . **Da organização pela base à institucionalização.....19**
Por Giuseppina de Grazia

- . **Novos personagens, nova cena e novos problemas – o movimento sindical e popular no retrovisor.....21**
Por Reginaldo C. Moraes

- . **Guerrilha da informação: temos os instrumentos e a vontade de lutar.....28**
Por Gustavo Barreto

- . **Lições e desafios da conjuntura.....31**
Por Miguel Stédile

- . **O racismo ainda persistirá no Brasil e no mundo. Por quê?.....33**
Por Álvaro Pereira do Nascimento

Educação: uma luta de todos nós

Por Claudia Santiago/ NPC

“Em todo dia letivo, quase 40 milhões de estudantes vão às escolas públicas de educação básica em todo o país e mais de 1 milhão de jovens estudam nas universidades administradas pelos governos. Além disso, quando chegam às suas escolas e faculdades, alunas e alunos são recebidos por, aproximadamente, 5 milhões de educadoras e educadores. Se a política educacional for bem-sucedida, ela tem a capacidade de impulsionar mudanças profundas nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país. Por isso, a educação foi escolhida como principal alvo a ser atacado, a partir de 2016.”

A afirmação é de Daniel Cara, que, em 2006, assumiu a coordenação geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e, de 2010 a 2017, foi membro titular no Fórum Nacional de Educação (FNE).

Esse já seria motivo mais do que suficiente para escolhermos a luta pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos como tema do Livro-Agenda 2019, do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC).

Nosso objetivo, com esse trabalho, é fortalecer, através da contação da história, a luta dos que defenderam e dos que ainda defendem a educação dos atuais ataques que ela vem sofrendo. Esses ataques são muitos. E com efeito de terra arrasada.

Eles englobam desde cortes de verbas para a educação, empobrecimento do conteúdo (retirada de filosofia, sociologia, artes e educação física da grade obrigatória do ensino médio), aumento da exploração do trabalho docente, aumento do ensino à distância para diminuir os custos dos donos das escolas, reforma do ensino médio, que visa formar precariamente jovens para um mercado de trabalho desregulamentado pelas alterações na CLT, até o fim da liberdade de pensamento dos

docentes. Sem falar nas propostas de fim das universidades públicas, que andam circulando por aí. E, por fim, a pá de cal da educação: a Emenda Constitucional 95/2016, que vai fazer com que o Estado não invista nenhum centavo novo em saúde e educação por 20 anos.

Nossa ideia de escola pública significa: professores bem remunerados, turmas com número adequado de alunos, bibliotecas, laboratórios de ciências e informática, internet banda larga, quadra poliesportiva, ensino de música, teatro, dança. Tudo o que os alunos das escolas particulares têm.

Estamos em sintonia com a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, que tem como missão “atuar pela efetivação e ampliação das políticas educacionais para que todas as pessoas tenham garantido seu direito a uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica, e de qualidade no Brasil”.

Aqui, você vai encontrar, dia após dia, momentos importantes da luta pela educação no Brasil e no Mundo. Vai conhecer mulheres e homens que abriram escolas e que lutaram para que escolas não fechassem. Alguns pagaram caro por isso. O sistema não gosta dos que ensinam a pensar. Uma delas foi Maria Nilde Mascelani, presa em 18 de janeiro de 1974, e submetida a torturas por ter escrito o texto *Educação Moral e Cívica e escalada fascista no Brasil*, sob encomenda para o Conselho Mundial de Igrejas, sediado em Genebra, Suíça.

Também procuramos prestar as merecidas homenagens a Paulo Freire. Patrono da educação do nosso país, ganhou reconhecimento internacional ao defender uma concepção libertadora de educação. Para ele, serve o ensino que questiona, transforma, conscientiza. Um ensino que forme homens para um novo mundo: com igualdade e justiça sociais.

Reforma trabalhista e as perspectivas do sindicalismo

Os desafios do movimento sindical na atual conjuntura

Por Rogério Campanate*

A “Reforma” Trabalhista altera condições de trabalho ao retirar, flexibilizar ou desregular direitos, reforçando um ambiente desfavorável à negociação coletiva e atacando a estrutura sindical. Além disso, reduz o papel de regulação da Justiça do Trabalho e dificulta o acesso do trabalhador na cobrança dos débitos trabalhistas.

Segundo dados levantados pelo DIEESE houve um aumento substancial do contingente de pessoas sem proteção (renda informal) e queda do emprego protegido. Em 2014 os números eram bastante semelhantes e, no segundo trimestre de 2018, o emprego protegido já apresentava defasagem de 6 milhões de vagas em relação ao trabalho sem proteção.

Temos ainda como efeito da “Reforma” Trabalhista o aumento constante da quantidade de desligamentos por acordo entre empregado e empregador (que resulta em perda financeira para o empregado) e das novas formas de contratação, como contrato parcial ou intermitente.

A taxa de informalidade dos novos ocupados aumentou de forma alarmante: enquanto no mercado de trabalho geral a taxa é de 38,9%, dentre os novos ocupados essa taxa chega a 74,2%. Também chama a atenção o percentual de 13,8% dos novos ocupados que trabalham por conta própria e que contribuem para a previdência contra 31,3% dos que trabalham por conta própria no mercado de trabalho geral. Cabe ainda frisar que 71% dos novos ocupados que trabalham por conta própria concentraram-se em 20 ocupações, a maioria ligada a trabalhos manuais ou de prestação de serviços de vendas.

Analisando ainda os dados estatísticos pós-reforma, pode-se afirmar

que o rendimento médio desses novos ocupados é de menos da metade do que é pago no mercado de trabalho como um todo. Não podemos deixar de observar também que a partir de julho/2018 aproximadamente 1/3 das correções salariais ficaram abaixo do INPC, chegando a 1/4 em agosto e retornando a 1/3 em setembro.

Um exemplo do efeito negativo da “Reforma” sobre as negociações coletivas pôde ser verificado na negociação coletiva dos bancários. A pauta dos empregados, que todos os anos é discutida nos encontros nacionais dos empregados dos bancos, votada e aprovada na Conferência Nacional dos Bancários e referendada nas Assembleias dos Sindicatos de base, normalmente é o que serve de base para negociação. Em 2018, entretanto, pela primeira vez os banqueiros levaram uma pauta que pretendiam discutir, pauta esta baseada nas alterações da legislação trabalhista notadamente desfavoráveis aos trabalhadores. No caso dos bancários, 61% das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho poderiam ser alteradas ou mesmo suprimidas em razão das referidas alterações, conforme estudos do DIEESE. O Comando Nacional dos Bancários se negou a negociar a pauta patronal.

Além do já exposto, soma-se o fim da ultratividade – mais uma novidade da “Reforma” – que deixa os trabalhadores sem quaisquer garantias após findar o prazo de vigência da CCT e ACTs, e a informação de que as categorias cujo dissídio foi ajuizado garantiram no máximo a reposição da inflação. Desta forma a negociação precisava findar antes do final da vigência da CCT e dos ACTs, e os banqueiros se utilizaram dessa informação para pressionar os representantes dos empregados. Para agravar a situação, o Governo Federal em determinado momento da negociação solicitou que os Bancos Públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) se retirassem da mesa de

negociação por entender que o acordo que estava sendo negociado caracterizava uma contrarreforma por garantir direitos muito acima dos assegurados pela legislação, ou seja, os Bancos Públicos estariam indo de encontro ao que o Governo conseguiu aprovar de alteração da legislação.

Como se não bastassem todos esses dificultadores, a mobilização das categorias ficou comprometida em razão dos problemas de sustentabilidade financeira gerados pelo corte abrupto do imposto sindical, além da diminuição gradativa do número de empregados (e consequentemente do número de sindicalizados) resultante da implementação de mudanças tecnológicas que vem substituindo pessoas por máquinas.

Em visitas do Sindicato às unidades de base é consenso que o movimento sindical precisa reinventar sua forma de atuação, especialmente no que diz respeito à comunicação, pois os meios atuais de mídia permitem chegar à base mais informações negativas a respeito do movimento sindical (discurso de interesses facilmente identificáveis) do que as informações fornecidas pelo próprio sindicato.

No caso específico da categoria bancária há ainda uma grande mudança do perfil da categoria, que passou a contar com um enorme contingente de jovens e mulheres, ambos com baixa participação no movimento sindical. Os jovens basicamente por não terem vivido momentos históricos onde a atuação sindical foi fundamental para a sociedade, e as mulheres em razão da dupla ou tripla jornada a que culturalmente são sujeitas.

Mudanças de valores da sociedade também se configuram como um grande desafio ao movimento sindical, com por exemplo a prevalência do individual sobre o coletivo que acabou por encontrar na “Reforma” Trabalhista o seu reflexo na prevalência do negociado sobre o legislado. É tempo de luta, de resistência e de construção.

***Rogério Campanate – diretor Sindicato dos Bancários do Rio**

Comunicação pública e o golpe (*)

Por Laurindo Lalo Leal Filho (**)

Uma das primeiras vítimas do golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff foi a comunicação pública. Ainda pouco consolidada, instalada com abrangência nacional em 2007 com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), tornou-se alvo prioritário dos novos detentores do poder federal.

Apesar de ter sido implantada em vários países há quase um século, a comunicação pública ainda era uma novidade no Brasil. Antes da EBC existiam experiências de emissoras regionais, não comerciais, que muitas vezes confundiam-se com empresas estatais, tal a dependência que tinham dos governos aos quais estavam ligadas.

A EBC surgiu para romper com esse tipo de comunicação atrelada aos governantes de turno. Como eixo central na estrutura de poder da empresa estava o Conselho Curador formado por 22 integrantes, sendo 15 indicados pela sociedade, quatro representantes do governo federal, um da Câmara dos Deputados, um do Senado e um dos funcionários da empresa. A ele cabia emitir as diretrizes gerais de toda a programação produzida pelos veículos da EBC (duas emissoras de TV, oito de rádio e duas agências de notícias). Mas o mais importante estava na sua composição que respeitava a diversidade geográfica, dava espaço às mulheres, aos negros, às pessoas com deficiência, aos índios. Era um microcosmo da sociedade brasileira influenciando em temas, pautas e enfoques de programas e reportagens produzidos pela EBC. Uma das primeiras medidas do golpe foi simplesmente acabar com o Conselho.

Outro fator de garantia da comunicação pública estava no mandato do presidente da empresa. Tinha a duração de quatro anos e apesar de ser de nomeação da presidência da República não podia por ela ser demitido. Só o Conselho tinha esse poder em condições muito específicas. E mais, o mandato do presidente da empresa não era coincidente

com o do presidente da República, um mecanismo presente na lei de criação da EBC com o intuito de garantir distância do poder central. Com o golpe isso também acabou. A empresa passou a ser mais uma estatal, operando como emissora oficial do governo.

Com isso afrontou-se a Constituição Federal que em seu artigo 223 determina a existência complementar de sistemas de radiodifusão privados, públicos e estatais. O golpe acabou com o sistema público.

Mas é bom recordar como chegamos a isso sem que houvesse uma resposta da sociedade. Ao que tudo indica dois fatores combinados levaram a essa inação: a falta de uma cultura de comunicação pública no Brasil e o não enraizamento das emissoras da EBC, especialmente da TV Brasil, na sociedade.

O rádio e a televisão no país sempre foram vistos como empreendimentos comerciais pela população. Ao contrário do que ocorreu na Europa, onde as emissoras públicas se constituíram na primeira metade do século passado, por aqui só conseguimos esse feito com a criação da EBC. Cabe lembrar alguns momentos pontuais de vislumbre de comunicação pública no Brasil como forma de exemplificar a sua fragilidade e, conseqüentemente, a facilidade do seu desmonte pelo governo que tomou o poder pelo golpe.

Curioso é recordar que o rádio surgiu no Brasil como empreendimento público. Roquette Pinto montou uma sociedade de ouvintes que se cotizavam para ouvir música e notícias através das ondas da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923. Apenas um ano depois da BBC inglesa entrar no ar e adotar um sistema de financiamento semelhante, com a diferença fundamental de ser controlada e regulada pelo governo, o que garantiu sua existência até hoje. Por aqui, já nos anos 1930, o rádio passou a ser visto como lucrativo empreendimento comercial e a

experiência pioneira de comunicação pública sucumbiu.

Outra tentativa de dar ao país uma emissora pública de televisão ocorreu quando o segundo governo Vargas, no início dos anos 1950, se dispôs a outorgar um canal de TV à Rádio Nacional do Rio de Janeiro, emissora líder de audiência em todo o Brasil, controlada pelo governo federal. Com a morte do presidente o processo foi interrompido.

O presidente Juscelino Kubitschek tentou dar prosseguimento à iniciativa. A resposta da mídia comercial foi violenta. Assis Chateaubriand, o poderoso controlador dos Diários Associados, espécie de Organizações Globo da época, foi claro “se Vossa Excelência der o canal de televisão à Nacional, jogo toda a minha rede de rádio, imprensa e televisão contra o governo” conta o ator e compositor Mário Lago em seu livro de memórias. Diante da ameaça, JK esqueceu a promessa de criar o canal público. O espaço reservado no dial para a Nacional, o canal 4 do Rio de Janeiro, acabou nas mãos da Globo, ocupado por ela até hoje.

Essa pressão da mídia comercial contrária à criação de uma TV pública repetiu-se com a criação da EBC e a entrada no ar da TV Brasil. Os jornalões brasileiros não se cansaram de mencioná-la como TV “chapa branca”, “TV do Lula”, “TV traço” (alusão a sua baixa audiência) chegando a pedir, em editoriais, o seu fechamento.

Não é difícil entender essa repulsa à comunicação pública. Os “donos da mídia” brasileira não admitem a existência de qualquer tipo alternativo ao modelo comercial. As raízes históricas do “coronelismo eletrônico” fazem da comunicação pública uma “ideia fora do lugar” na cena brasileira. Para os “coronéis” trata-se de uma ousadia inconcebível. Ela vai na contramão dos interesses dominantes que, sob o véu do liberalismo, julgam-se no direito de impor à sociedade suas ideias, gostos, valores, sem nenhum tipo de controle. Ou de exercer seu poder de censura sobre temas e assuntos que de algum modo confrontam os seus interesses. Sabem que a TV pública é uma forma concreta de controle social da mídia, na medida em que quebra a hegemonia comercial vigente. A EBC mostrou, ainda que a duras penas, que outra forma de comunicação estava sendo

posta em prática. Dai a violência com que foi atacada.

Dessa forma, além das inúmeras dificuldades técnicas e logísticas para se firmar como uma alternativa real às emissoras comerciais, a TV Brasil teve que enfrentar a onda de descrédito orquestrada pelos barões da mídia, sempre ciosos de evitar qualquer concorrência que possa, minimamente, disputar pequenos fiapos da audiência.

Com uma história tão frágil e um bombardeio tão intenso não é de se admirar que a EBC tenha recebido o golpe sem praticamente qualquer resistência. Bem diferente do que ocorreu na Inglaterra, por exemplo, quando o governo neoliberal de Margaret Thatcher tentou privatizar a BBC. A “dama de ferro” que havia dobrado até o poderoso sindicato dos mineiros não conseguiu acabar com o caráter público do principal serviço de comunicação do país. Isso porque a BBC havia conquistado, com seu trabalho ao longo dos anos, amplo apoio da maioria da população.

Aqui, além do curto tempo de vida da EBC, a sua emissora principal, a TV Brasil, nunca chegou a ser uma emissora nacional de fato, concorrente real das grandes emissoras comerciais. Seu sinal não chegava a todo o território nacional ferindo um princípio básico da comunicação pública que é o da universalidade de acesso, como veremos a seguir. Na maioria dos estados só podia ser sintonizada no canal controlado pelo governo local, ficando assim a mercê da vontade política dos governantes regionais de turno. Com isso a rede nacional da TV Brasil sofreu sempre de grande instabilidade. Em determinados estados a troca de governo determinava a retransmissão ou não do sinal da emissora da EBC naquela região. Sem falar nas deficiências técnicas que impediam a sintonia do canal até em áreas centrais de Brasília ou dos subúrbios cariocas, por exemplo. Investimentos pesados seriam necessários para corrigir essas graves distorções.

É bom lembrar que a EBC foi fruto da junção de duas entidades federais: a Radiobras, sediada em Brasília e a Fundação Roquette Pinto, no Rio de Janeiro. A ideia central que deu origem a esse processo foi concebida no âmbito do governo federal quando ao caminhar para

uma reeleição praticamente assegurada no primeiro turno, o presidente Lula tornou-se alvo de severa campanha negativa encabeçada especialmente pela Rede Globo.

Viu-se aí a necessidade da criação de uma rede de televisão alternativa, não para ser oficialista, porta-voz do governo, mas que levasse ao público um outro olhar sobre a realidade. O caminho a ser seguido nesse sentido seria o das televisões públicas consagradas internacionalmente. Para isso bastaria reunir numa só emissora as TVs brasileiras já existentes, controladas pelo governo federal: a TV Nacional de Brasília e a TVE do Rio de Janeiro. Juntas poderiam formar o embrião de uma rede com abrangência nacional, capaz de competir com as emissoras comerciais em qualidade e audiência. Dariam ao telespectador a possibilidade da escolha, oferecendo um produto diferenciado, despertando nele a possibilidade da comparação e, conseqüentemente, da crítica.

Para tanto seria necessária uma ação política arrojada: a abertura de um espaço no dial capaz de colocar o sinal da TV Brasil num lugar facilmente acessível ao telespectador, a apenas um toque das concorrentes no controle remoto. Essas ações não ocorreram dessa forma. O projeto de uma TV pública de caráter nacional acabou surgindo no âmbito de uma empresa muito mais ampla, a EBC, na qual a TV era apenas uma das partes, dividindo recursos, funcionários e estruturas com os outros veículos já existentes na Radiobras, reduzindo em muito o seu potencial. Além das emissoras de rádio e das agências de notícias, a TV Brasil ainda dividia espaço com um setor da EBC que prestava serviços para outras áreas do governo, como a transmissão do programa "Voz do Brasil" e a gestão da NBR, esta sim uma TV sob controle direto do governo federal. Com isso criava dentro da empresa uma proximidade pouco desejável entre a comunicação pública e a comunicação governamental. E sua localização no dial, em grande parte do país, ficou sendo marginal, de difícil acesso. Em São Paulo, por exemplo, era quase inacessível.

Feriam-se aí alguns princípios básicos da comunicação pública, formulados por especialistas no Reino Unido, num momento em que a BBC sofria

fortes pressões do governo neoliberal de Margareth Thatcher para receber publicidade como forma de financiamento. Entre eles destacam-se a universalidade de acesso, a ética da abrangência e a competição. O primeiro procura garantir que os serviços de rádio e televisão devem ser oferecidos para todo o conjunto da população. A ideia é que todos os integrantes da sociedade são cidadãos e não apenas consumidores, com direito de receber esse tipo de serviço público, assim como têm direito aos serviços de água ou à recepção dos correios. No caso da TV Brasil criaram-se dois tipos de cidadãos: os que tinham ou não tinham direito de acesso a ela, embora todos, através dos seus impostos, a financiassem. É preciso ressaltar que a comunicação é um direito e um serviço ao mesmo tempo. Como direito humano de informar e ser informado e como serviço oferecido de maneira igual e indiscriminada.

A ética da abrangência pressupõe que a programação das emissoras públicas deve ser oferecida para todos os gostos e interesses. Nesse sentido um canal só não basta. Para fazer frente à concorrência comercial e aproveitando a ampliação do espectro radioelétrico com a digitalização dos sinais poderia ter sido constituído um conjunto de emissoras públicas capaz de atender as mais variadas expectativas da população.

Esse problema foi enfrentado pelas TV públicas europeias quando criaram um segundo canal para atender parcelas maiores do público. Os canais iniciais tinham programação generalista, voltada para um público amplo e variado, já os demais visavam parcelas segmentadas da audiência. Hoje, com a digitalização, esses canais se multiplicaram.

No caso brasileiro, particularmente em relação à EBC, além do canal generalista, seriam necessários pelo menos mais três: um de notícias 24 horas, outro infantil e mais um dedicado especificamente às artes. O primeiro é fundamental para oferecer o que a televisão tem de mais precioso: a instantaneidade da informação. O infantil para responder a uma demanda existente na sociedade uma vez que esse tipo de canal só é oferecido hoje pela TV paga. Nas públicas que os mantêm no ar são os de maior audiência. O de artes, também restrito hoje às TVs por assinatura, visaria

um público afastado da TV por falta desse tipo de opção.

Quanto à competição, trata-se de uma questão chave a qual a TV Brasil não conseguiu, a não ser nos momentos finais como TV pública, encarar com a devida seriedade. Há concordância na literatura sobre comunicação pública de que o sistema público deve usar os dados de audiência, mas, diferentemente do comercial, não pode ficar preso apenas a eles. Deve buscar audiência, a mais ampla possível, mas não a qualquer custo. Com competência é possível chegar a bons índices sem abrir mão da qualidade. Há um caso emblemático da TV Cultura de São Paulo quando colocou no ar uma grade de programação infantil, no início dos anos 1990, que conquistou o público atingindo índices superiores a 12 pontos, recorde histórico para uma TV não comercial no Brasil. As principais TVs públicas europeias chegam a índices em torno de 50% da audiência.

Ao já mencionado problema do sinal e suas largas zonas de sobre, acrescenta-se a questão da programação. Um dos pontos nevrálgicos está no jornalismo, onde a diferenciação de pautas e enfoques seria fundamental. Isso não ocorreu em grande parte do período em que a TV Brasil, como emissora pública, esteve no ar. As pautas jornalísticas acompanhavam as das emissoras comerciais, com o agravante da disparidade de recursos em favor destas para realizar o mesmo tipo de trabalho. A TV Brasil era um microfone a mais em torno dos mesmos personagens mostrados em todos os telejornais.

Pode-se afirmar com segurança que em muitos momentos praticou-se um jornalismo sem ousadia, refém dos temores de parecer “oficialista” ou “chapa branca”, descambando em certos momentos até para o lado oposto, com pautas oposicionistas, sem a prática do contraditório.

Perdeu-se uma grande oportunidade de atender a um público desprezado pelo telejornalismo das emissoras comerciais. Um público que busca um jornalismo crítico, com análises aprofundadas, contextualizadas e que mostrou sua existência quando, finalmente a TV Brasil resolveu ousar, mais aí já era tarde, faltavam poucos meses para o golpe.

Como não se optou pela criação de uma rede de TV autônoma em relação aos demais serviços da Radiobras, o que teria tornado a TV Brasil uma instituição mais ágil e eficiente, é forçoso lembrar aqui os percalços semelhantes aos da TV vividos pelas emissoras de rádio da empresa. A falta de um sinal nacional é semelhante ao que ocorria com a televisão. Nenhuma das oito emissoras controladas pela EBC poderia ser sintonizada, por exemplo, em São Paulo.

A abertura de canais nacionais de transmissão, fortes investimentos em tecnologia e a criação de programações atraentes a públicos diferenciados deveriam ter sido objetivos prioritários das gestões da empresa. Perdeu-se a oportunidade rara de dar ao rádio brasileiro uma alternativa real às programações jornalísticas conservadoras ou religiosas. E com oito emissoras disponíveis o leque de ofertas teria sido valioso.

As emissoras da EBC poderiam ter sido ouvidas tanto nos automóveis em circulação pelo país, como seria o caso da histórica Rádio Nacional do Rio de Janeiro, como nas zonas ribeirinhas do norte do Brasil, com a Rádio Nacional da Amazônia, passando pelas rádios MEC do Rio e de Brasília com apuradas programações de música clássica e popular. O único passo concreto para tornar efetivamente nacionais essas emissoras, foi dado, como no caso da TV, semanas antes do golpe quando criaram-se programas jornalísticos diários transmitidos a partir da Rádio Nacional do Rio, com a retransmissão e participação em São Paulo da Rádio Brasil Atual. Era o passo necessário para dar ao ouvinte da maior cidade do país a alternativa ao padrão homogêneo das emissoras comerciais. Também chegou muito tarde.

Esses percalços aqui relatados não tem a intenção de mostrar que uma outra forma de gestão da EBC a imunizaria contra os efeitos do golpe, ele a abateria de qualquer forma tal sanha destruidora dos que tomaram o poder no país. O que se pretende ressaltar é a oportunidade perdida de se implantar pela primeira vez no Brasil um verdadeiro sistema nacional de comunicação pública, a exemplo do que ocorre em vários países. Um sistema que

**mostrasse que uma outra comunicação
era possível conquistando corações e
mentes por todo o país.**

() Artigo publicado no livro “Enciclopedia do Golpe – O Papel da Mídia”. Bauru: Canal6 Editora, 2018.*

*(**) Laurindo Lalo Leal Filho é sociólogo e jornalista. Professor aposentado da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo*

Pacificando Sentidos: o papel político-discursivo do RJTV durante as ações de "pacificação" das favelas cariocas^[1]

Por Kleber Mendonça^[2] - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, recém-encerrada, na qual acompanhamos a cobertura jornalística realizada pelo RJTV – 1ª Edição, da Rede Globo, entre os anos de 2009 a 2012, em relação às ações de implantação, nas favelas do Rio de Janeiro, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e que deu origem ao livro "A "Pacificação" dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa" (MENDONÇA, 2018). A questão principal, que buscamos responder, se dedicava a entender o papel político desempenhado pela instância telejornalística naquele momento de intervenção, e de que maneira tal atuação política deixava marcas nos modos como discursivamente o veículo engendrava seus conteúdos informativos.

Nesse sentido, defendemos, no recorte específico desse artigo como é importante que as análises em Comunicação tenham em mente os múltiplos processos de produção de sentidos que são colocados em funcionamento por um telejornal. Assim, a possibilidade de partirmos de um olhar revelador das discursividades em jogo nos permite, também, propor uma metodologia de análise das reportagens que leve ao máximo em conta a multiplicidade de aspectos que compõem as estratégias enunciativas, políticas e interacionais de tais produtos audiovisuais.

Pensar tal objeto midiático pela perspectiva discursiva é levar em conta as especificidades do discurso telejornalístico. Só a partir da constatação dos elementos que compõem a costura desse tipo de trama discursiva – postos em tensão e em combinação a partir de suas diferentes características – é que será possível determinar o conjunto das evidências necessárias para se obter os efeitos de verdade, a credibilidade e a autoridade discursiva do telejornal.

Talvez o elemento que mais salte aos olhos como constituidor da materialidade discursiva específica do discurso telejornalístico seja o uso da imagem como instância produtora de sentidos. Faz-se necessário, portanto, investigarmos de que forma a possibilidade de produção de imagens pode ser usada, discursivamente, para legitimar ou recusar as perspectivas apresentadas nos relatos.

Outro aspecto a ser considerado será a tensão entre as potências significantes das imagens e o papel de âncora de sentidos exercido pela instância verbal. Em muitos produtos midiáticos é clara a relação paradoxal entre as potências significantes da imagem e os direcionamentos de sentido desempenhados pelo verbal (ao narrarmos, pelo *off*, o que está sendo mostrado ao telespectador, por exemplo). Para dimensionarmos melhor o funcionamento desses aspectos discursivos, tomamos como objeto de análise o momento da cobertura jornalística veiculada no dia seguinte às ações de "ocupação" da Rocinha, favela da zona sul do Rio de Janeiro, em 15/11/2011.

Para aprofundarmos as evidências do funcionamento discursivo do RJTV naquele período, será preciso voltarmos alguns dias na análise da cobertura da "pacificação" da Rocinha. Dias antes, o comentarista Rodrigo Pimentel já antecipava alguns acontecimentos que tomariam lugar no domingo seguinte, 13/11/2011, dia da ocupação. Em três dias diferentes, Pimentel faz previsões, ameaças veladas e elabora uma lista de prescrições a serem adotadas pela população da Rocinha em conversa com a então apresentadora do Telejornal, Ana Paula Araújo. No primeiro dia, a fala vem logo após a reportagem que mostrava a prisão do traficante Nem, principal nome do tráfico da Rocinha naquele momento (e

nos dias de hoje!). No segundo, trata-se do encerramento do telejornal. No terceiro, estamos diante da cobertura ao vivo das ações de ocupação militar da Rocinha:

[Ana Paula Araújo pergunta]: "Agora, Rodrigo, cerca de 200 bandidos faziam parte da quadrilha do Nem, segundo estimativas. (...) Dá para ter uma ideia do que a polícia ainda vai encontrar, vai conseguir realizar de prisões no domingo?"

[Pimentel, em off, responde]: "Todo o *staff*, quem está a frente desta facção, foi preso.(...) *Essa facção está com os dias contados. Ela vai passar a existir somente no presídio. Fora do presídio ela vai acabar.* (...) Não existe substituto para o Nem. (...). O que tem ali são os bandidos que não tinham prisão decretada, não estão arrolados em processos policiais (...). Esse vai ser muito difícil da polícia prender. Ele não tem ficha, ele não tem passagem. Ele vai tomar banho, vai esconder o fuzil dele e vai virar cidadão a partir de segunda-feira, vai buscar um emprego formal, mas na atividade do tráfico, na Rocinha, ele não fica mais". (RJTV, 11/11/2011) (...)

[Ana Paula pergunta]:
Portanto, Rodrigo Pimentel, a orientação é vida normal?

[Pimentel prescreve]:
Vida normal e domingo pela manhã aguardar orientação da polícia, ligar o canal de televisão, assistir a gente aqui, aguardando a orientação das autoridades.

[Ana Paula]: Estaremos aqui desde cedo trazendo todas as informações.

[Pimentel]: Então orientação: de manhã, evita passar na Niemeyer. Com certeza os blindados da marinha vão passar de manhã por lá. E os cuidados de quem tem carro na rua, já aconteceu dos blindados da marinha amassarem carros. E ficar longe da janela. A gente espera sempre a paz. Não teve reação na Mangueira, nem no Complexo do Alemão, no entanto, é interessante não permanecer na janela e aguardar a orientação da polícia.

[Ana Paula]: Eu quero avisar você que no domingo a partir das 7 horas da manhã o Globo Comunidade ao vivo (...) estaremos mostrando tudo o que acontece sobre a ocupação da Rocinha, sobre a ação policial, a movimentação dos blindados, tudo isso você acompanha ao vivo a partir das 7 da manhã. (RJTV, 10/11/2011) (...)

[Ana Paula Araújo]:
Podemos esperar muitas prisões, Rodrigo?

[Rodrigo Pimentel]: Olha esses bandidos, vou chamar de raia miúda (...) eventualmente ele não está "pedido", como se diz no linguajar policial, se ele tomou um banho e jogou o fuzil pela janela, a polícia não conseguirá prendê-lo (RJTV, 13/11/2011).

Percebe-se, assim, além do agendamento prescritivo da população, uma estratégia de fazer coincidir a rotina militar e a cobertura jornalística. Vale lembrar que a "ocupação" da Rocinha se deu durante o feriado prolongado de 15 de novembro, o que tanto facilitava o deslocamento das tropas, como ainda colaborava para agregar valor simbólico à ação, ao coincidir com a data de comemoração da Proclamação da República.

Durante a "reconquista" territorial da favela da Rocinha, realizada em 13/11/2011, fica ainda mais evidente um direcionamento de sentido que atravessou aquelas ações, bem como as coberturas jornalísticas realizadas: todas se baseiam e ajudam a cristalizar ainda mais o mito de que as "ocupações" materializariam uma "retomada do território" (das favelas) por parte do Estado. Assim, será possível perceber como tal interpretação "parcial" e redutora da complexidade dinâmica da cidade acabará por congelar, discursivamente, os moradores das favelas "pacificadas" em vítimas passivas dos processos postos em funcionamento por tais ações nos espaços da cidade e nos discursos telejornalísticos.

Ao analisar o caso específico de transformação urbana da cidade de Nova York, na segunda metade do século XX, Neil Smith (2006) recorre ao conceito de *gentrificação* como uma forma de entender o complexo processo de gestão global do espaço urbano. Para ele, vemos surgir, de modo global, uma nova política dos espaços não mais tomados como públicos, mas como alvo de uma intervenção "ordenadora" estabelecida pela "parceria" público-privado.

A análise mais detida das reportagens sobre a "pacificação" da Rocinha nos permite, portanto, propor uma analogia ao pensamento de Smith. Em que medida podemos caracterizar os deslocamentos nos conteúdos informativos sobre as comunidades do Rio de Janeiro, no período "pós-pacificação", como um processo de *gentrificação discursiva*? A questão busca estabelecer uma relação entre dois aspectos: os ordenamentos de sentido e o deslocamento do lugar simbólico dos moradores de comunidades como fontes noticiosas.

A efetivação do mito da retomada dos territórios pelo Estado, no discurso do

RJTV, se baseia na combinação de três gestos de silenciamento: silencia-se o fato de que o Estado sempre esteve presente nas comunidades, mesmo que de forma precária e contraditória; reduz-se a pluralidade possível de vozes dos moradores das comunidades, ao estabelecer como único tipo de fonte informativa o "morador anônimo/passivo"; e evita-se complexificar a interpretação crítica do trabalho das forças militares durante a "ocupação", bem como dos princípios norteadores dessa intervenção, na medida em que os comentários de "especialistas" em segurança pública se resumem às falas e "análises" do ex-integrante do Bope, Rodrigo Pimentel.

Para ficar mais claro o papel dessa tripla orquestração de vozes, retomamos a análise das políticas de silêncio presentes no discurso investigado. Eni Orlandi (1992) pensa os gestos de silenciamento como, ao mesmo tempo, produtores e consequência dos direcionamentos de sentido nos discursos. A autora chama de política de silêncio o gesto de interditar o dizível impondo uma determinada interpretação.

O silêncio não é uma ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (ORLANDI, 1992, p. 105)

Assim, pensar a questão do silêncio não é buscar apenas o que não se disse. Se o silêncio não fala, mas significa, cabe-nos entender para quais posições nos jogos de poder tais silenciamentos apontam. Em outras palavras, vale perguntar: quem (ou que aspecto da complexidade das questões) está sendo silenciado quando apenas uma fonte (ou um "modelo" de interpretação do real) está sendo autorizada a falar?

De volta à questão do ordenamento dos lugares de fala dos moradores de comunidades como fontes noticiosas, se tomarmos a cobertura jornalística do processo de "pacificação" da Rocinha (de 10/11/11 a 18/11/2011) poderemos

identificar distintas fases distintas. Num primeiro momento, antes das ações se desenrolarem, cabe aos moradores apenas a ausência como fontes, materializada pela recusa de serem ouvidos, uma vez que se encontram, ainda, igualados na mistura entre bandidos, traficantes ou ocupantes ilegais de uma área que não lhes pertenceria. É a representação típica pré-pacificação, concretizada no sonho utópico da direita carioca que ainda há pouco ansiava pela "erradicação" das favelas e pela expulsão de seus moradores.

Já na véspera das ações de "ocupação" da Rocinha, vemos todos os relatos de moradores seguindo um mesmo padrão. Eles não são identificados, têm seus rostos encobertos por efeitos visuais ou pela escuridão e suas vozes são alteradas. Todos são unânimes em pedir a pacificação e a presença das forças armadas na comunidade e ressaltam que, apesar das (ou graças às) prisões dos bandidos, a região está calma. A modalização desta estratégia é apresentada já na edição de 14/11/11: os moradores chamados a dar declarações nas reportagens gravadas que resumiram as ações da véspera aparecem identificados, com direito ao primeiro nome e à profissão nas legendas. Todos, como era de se esperar, comemoram a ação da polícia.

Vale, a título de conclusão, recorrer ao argumento de Alessandro Baratta (1994) quando defende, como resposta ao problema contemporâneo da relação entre a criminalidade e o medo, o gesto dos cidadãos deixarem de ser "espectadores" (no duplo sentido que o são nos dias atuais: da mídia e da política) para se tornarem "atores". No caso das "pacificações" do Rio de Janeiro, vimos uma dupla ameaça que se oferece, aos moradores, travestida em boas notícias.

De um lado, há o apelo discursivo da manutenção desses sujeitos no status de "espectadores passivos" dos momentos históricos de sua salvação, cujos protagonistas são os policiais, o Estado e a imprensa; e de outro, há a imposição do desempenho de "atuações-parceiras" que reproduzam a expectativa moral (e disciplinada) de acordo com as imposições dos projetos de urbanização e de transformações (gentrificação?) dos espaços da cidade.

Juntamente ao silenciamento das lideranças históricas das favelas cariocas,

apaga-se o fato de que a própria presença constante, precária e contraditória do Estado nas localidades é, também, parte importante do problema das violências no contemporâneo. A forma como a "retomada" da Rocinha foi tratada como "momento histórico" tentou evidenciar que se vivia, a partir das "pacificações", uma espécie de "ruptura", mas o que vimos foi a persistência das mesmas velhas práticas de sujeição criminal (MISSE, 2008), bem como a manutenção da incapacidade de administração dos conflitos por parte dos agentes do Estado (Kant de Lima, 1996). Com isso, não é de se admirar que a violência nas favelas voltasse, pouco tempo depois do final dos megaeventos, a ser pauta dos mesmos noticiários que haviam decretado seu fim.

REFERÊNCIAS

BARATTA, A. **Filósofo de uma Criminologia Crítica**, in RAMOS, S. (Org) **Mídia e Violência**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

KANT DE LIMA, R. **A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição**, in Velho, G. e ALVITO, M. (orgs). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

MENDONÇA, K. **A "Pacificação" dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa**. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

MISSE, M. **Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação, in Acusados e Acusadores**. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2008.

ORLANDI, E. **As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1992.

SMITH, N. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global**, in BIDOU-ZACHARIASEN. Catherine (Org). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

[1] Uma versão ampliada desse artigo foi apresentada no GP Telejornalismo do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Joinville em setembro desse ano.

[2] Doutor em Comunicação. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da UFF, e-mail: klebersm@hotmail.com.

Umbanda: uma religião brasileira

Por Ana Lucia Vaz

Há diferentes narrativas sobre a origem da Umbanda. Todas localizam sua aparição – ou reaparição – no território brasileiro. Aprendemos, no estudo acadêmico da História, que, por mais que a pesquisa historiográfica se aproxime de métodos científicos, ela sempre resulta numa construção narrativa. Ainda que alguns fatos sejam incontestáveis, porque há indícios que nos permitem comprová-los, eles só ganham sentido através de um processo subjetivo, de interpretação. Por isso, é possível haver diferentes narrativas verdadeiras sobre um mesmo tema.

Há duas narrativas sobre a origem da Umbanda que me parecem especialmente interessantes, como mitos fundadores, para compreender o papel desempenhado pela Umbanda nos dias de hoje.

A primeira, mais difundida, diz respeito ao sincretismo. De acordo com esta narrativa, a Umbanda teria surgido da necessidade dos negros escravos de associarem seus orixás a santos católicos, porque seus cultos eram proibidos. Aprofundando esta perspectiva, também há quem diga que o sincretismo foi mais amplo ainda, porque na senzala era preciso adaptar os cultos à diversidade de religiões ali presentes. Afinal, entre as estratégias de dominação utilizadas pelos homens brancos, costumava-se dividir os negros que chegavam da África, de maneira que não houvesse muitos membros da mesma cultura reunidos. Um modo de dificultar a auto-organização dos escravos.

Uma segunda narrativa, dominante nos livros de Umbanda, conta a história de um médium que teria incorporado o Caboclo das Sete Encruzilhadas em uma tenda espírita kardecista, no início do Século XX. Como destaca Bruno Faria Rohde, em seu artigo “Umbanda, uma religião que não nasceu: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista”[1], se trata de uma espécie de mito-fundador.

Segundo esta narrativa, no dia 15 de novembro de 1908, houve uma reunião espírita em Niterói.

Nessa reunião começaram a se manifestar diversos espíritos de negros escravos e indígenas nos médiuns presentes, e esses espíritos eram convidados a se retirar pelo dirigente da mesa que os julgava (como era e continua sendo comum entre os kardecistas) atrasados espiritual, cultural e moralmente. Foi então que baixou pela primeira vez o Caboclo das Sete Encruzilhadas, proferindo um discurso de defesa das entidades que ali estavam presentes, já que estavam sendo discriminadas pela diferença de cor e classe social (2009, p.80)

Encontramos, nos livros de Umbanda, narrativas que se estendem sobre detalhes da sessão. Uma vez incorporado, Zélio Fernandino de Moares levantou-se e disse: “Aqui está faltando uma flor”. Foi até o jardim e voltou com uma flor, que colocou no centro da mesa. Neste momento, vários médiuns começaram a manifestar a presença de índios e pretos-velhos. Segue-se um diálogo, em que o diretor da sessão convida os espíritos que considera atrasados a se retirarem. Mas Zélio, novamente incorporado, pergunta: “Por que repelem a presença desses espíritos, se nem sequer se dignaram a ouvir suas mensagens? Seria por causa de suas origens sociais e da cor?”. Pressionado a dar seu nome, a entidade incorporada em Zélio responde: “Se querem um nome, que seja este: sou o Caboclo das Sete Encruzilhadas, porque, para mim, não haverá caminhos fechados”. Mas um vidente, que podia ver na entidade restos de trajes sacerdotais, questiona aquela apresentação. A entidade responde, então: “O que você vê em mim são restos de uma existência anterior. Fui padre jesuíta e o meu nome era Gabriel Malagrida. Acusado de bruxaria, fui sacrificado na fogueira da Inquisição, em Lisboa, no ano de 1761.

Mas em minha última existência física, Deus concedeu-me o privilégio de nascer como Caboclo brasileiro”.

Esses dois caminhos narrativos oferecem alguns sentidos interessantes para compreender o papel político-espiritual da Umbanda.

Embora sejam muito diversificados, quase todos os rituais que se dizem umbandistas apresentam, mesmo ao observador menos atento, elementos do Candomblé, do Kardecismo e do Catolicismo. A Umbanda não possui uma doutrina centralizada. De acordo com boa parte de sua bibliografia, ela se propõe a ser uma síntese de todas as religiões. Uma pretensão, com certeza. Mas esta perspectiva faz com que ela esteja bastante aberta à inclusão de elementos diversos e, portanto, à evolução de seus rituais e preceitos. A imagem de sincretismo é bastante coerente com o princípio da síntese. Lemos a Bíblia, o Livro dos Espíritos e estudamos os Orixás do Candomblé. Entre os pontos riscados pelos nossos guias, tem presença forte a estrela de Davi, tão cara ao judaísmo, que para a Umbanda representa o equilíbrio perfeito na matéria. Entre os guias, há o povo do Oriente, os mestres hindus, as cartomantes etc, bem como personagens de outros rituais ameríndios. Tudo cabe, pois “todos os caminhos levam à casa de Meu Pai”.

Já o mito-fundador do Caboclo das Sete Encruzilhadas cumpre outra função, complementar. Segundo Renato Ortiz:

... o nascimento da religião umbandista coincide justamente com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial e de classes. A um movimento de transformação social corresponde um movimento de mudança cultural, isto é, as crenças e práticas afro-brasileiras se modificam tomando um novo significado dentro do conjunto da sociedade global brasileira. Nesta dialética entre social e cultural, observaremos que o social desempenha um papel determinante. (1999, p.15)[2]

O ponto central característico dos rituais de Umbanda é a consulta com entidades ou guias que se manifestam a através dos médiuns. Essas entidades se apresentam como pretos-velhos, caboclos, crianças ou como o povo de rua. Podemos ver estas roupagens (formas escolhidas

para apresentação dos seres de luz) como um profundo questionamento da hierarquia étnica e de classe presente em nossa sociedade. Mas também pode ser visto como um movimento de enquadramento do ritual de origem tipicamente africano em um sistema religioso embranquecido.

Uma contradição insolúvel se nos limitarmos ao território do político.

O espiritual na política

Todas as religiões têm sua contribuição a dar para a evolução da humanidade, pois apontam para nossa dimensão divina, para o deus que nos habita, que é o amor universal que nos une. Mas como as religiões são criações humanas, elas também sofrem de todas as limitações humanas. A mais evidente, nos dias de hoje, é a nossa incapacidade de olhar para o ser humano ao nosso lado e reconhecer um companheiro de jornada, independente de cor, sexo, escolha religiosa ou ideológica. Estamos todos no mesmo barco e o mar anda agitado e ameaçador. Em vez de tentar achar um modo coletivo de cuidar de nossa nau, somando forças, parece que estamos todos convencidos de que basta jogar uma parte dos seres humanos para fora da nau.

Gosto muito de um preceito, repetido em diversos textos, que diz que a Umbanda veio para agregar, para juntar todos, independente do seu nível evolutivo, independente da sua capacidade de compreensão da espiritualidade. Por isso, cabe chegar num centro ou terreiro pedindo mandinga pra ganhar dinheiro ou trazer a pessoa amada. Cabe até chegar pedindo mandinga pra fazer mal a outro. As entidades vão começar lembrando ao pedinte que a natureza funciona como espelho: Tudo que vai, volta. Mas nenhum pedido será simplesmente rechaçado. O trabalho da espiritualidade é acolher o ser humano, em sua beleza e limitação e ajudar a pessoa a crescer espiritualmente, um passo de cada vez. E crescer espiritualmente significa reconhecer o deus que nos habita.

Comunicação e espiritualidade

Dentro de um terreiro ou centro, há espaço para uma conversa franca, olho no olho. Quando um médium, sob a influência de uma entidade, recebe um consulente, se

estabelece uma relação que vai muito além das palavras. Tudo o que é dito está dentro de um contexto de acolhimento, em que as piores barbaridades podem ser conversadas e trabalhadas sem rejeição cega. A pessoa chega carregada de ódio? Não será expulsa porque “aquí não queremos ódio”. Pelo contrário, será acolhida, ouvida amorosamente, para que este ódio possa se expressar e dissolver.

O que aprendi, nesses mais de 20 anos de trabalho espiritual, é que não se vence o ódio com mais ódio. O ódio se vence com amor.

Não se trata do amor que todos conhecemos bem, que é o afeto por quem nos mostra coisas que gostamos de ver. Mas o amor a que as religiões tentam nos religar. O amor universal, divino. O amor que nasce da consciência de que somos todos um com o Pai, a Mãe, o Universo, a Humanidade, ou seja lá que nome você escolha para sua dimensão maior, para além do ego e do amor egóico.

Ao se apresentarem como escravos, índios, prostitutas, crianças etc, os guias da Umbanda nos oferecem outra lição, mais profunda que a negação das hierarquias socialmente estabelecidas. Ao dizer que já foi sacerdote e caboclo, a entidade incorporada em Zélio de Moraes nos diz que a forma é uma ilusão. Que este amor que depende da forma é muito limitado para compreender o plano espiritual. Que para acessar o amor divino, precisaremos ir além deste limite do ego.

Como é difícil tratar disso em palavras escritas! Como é difícil tocar este ponto de humanidade, em nós e em nosso semelhante, através das palavras mediadas pelas tecnologias! Para mim, este é o maior desafio da comunicação, neste início de era, a Era de Aquário, que nos exigirá um nível de consciência bem mais amplo,

porque nossas bolhas serão – e já estão sendo – explodidas.

Não se trata de dominar tecnicamente mais e mais tecnologias midiáticas, para dizer mais e mais do mesmo. Se trata, em primeiro lugar, de não se deixar dominar pela tecnologia. Em segundo lugar, precisamos tirar o nariz de dentro da correnteza insana das palavras de guerra que o medo do mar revolto alimenta. Precisamos aprender a ouvir. Ouvir a palavra do outro, observar como ela nos afeta. Mas ouvir também nossa própria palavra para perceber que afetos expressa. Como nos ensinam os exus, a realidade é um grande espelho. Tudo que vai, volta. Não podemos esperar receber amor em resposta a palavras de ódio e vice-versa. Então, ao me comunicar, mais do que perguntar sobre “os melhores argumentos”, preciso me perguntar sobre a realidade que minhas palavras estão construindo, sobre como pretendo afetar o mundo que habito.

[1] Revista de Estudos da Religião
março / 2009 / pp. 77-96

[2] ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda, integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis, Vozes, 1978.

Da organização pela base à institucionalização

Por Giuseppina de Grazia*

O texto a seguir foi extraído do livro Da organização pela base à institucionalização. Associações de trabalhadores: o resgate de uma experiência classista dos anos 1970/80. Escrito por Giuseppina de Grazia, foi publicado em 2017 pela Editora NPC.

Atualidade da perspectiva classista

Contra o pragmatismo dos setores hegemônicos que nas últimas décadas passaram a dominar as estratégias políticas e o sindicalismo, setores minoritários continuam defendendo a reafirmação dos princípios de autonomia e independência de classe que nortearam a fundação e os primeiros anos da Central Única dos Trabalhadores.

Nas atuais condições precarizadas de trabalho - fragmentadas, esporádicas, irregulares, individualizadas - para a multidão de trabalhadores desempregados ou subempregados, e ainda submetidos diariamente ao "massacre" da mídia, em quase sua totalidade a serviço do capital, perceber-se como classe torna-se cada vez mais difícil.

Os indivíduos isolados formam uma classe pelo fato de terem que encetar uma luta contra uma outra classe, dizia Marx.

Ou seja, a constituição de uma classe implica no desenvolvimento da "consciência de uma identidade de interesses entre todos os diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes [e no] crescimento das formas correspondentes de organização política". (THOMPSON, 1987, p.17)

No entanto, apesar da ideologia dominante permanentemente tentar

camuflar os interesses opostos entre trabalhadores e patrões, e apesar de toda "heterogeneização, complexificação e fragmentação" que caracteriza a "*classe-que-vive-do-trabalho*" nos dias atuais, é ainda dessa classe que depende a superação da "lógica de acumulação do capital e do sistema produtor de mercadorias", nas expressões de Ricardo Antunes (1995, p.86 a 90.)

Utilizando o conceito amplo de classe trabalhadora, Antunes inclui nessa empreitada o conjunto dos trabalhadores explorados: os produtivos, improdutivos, precarizados e desempregados. Pela sua posição estratégica de produtores diretos da mais valia, os trabalhadores produtivos (em sua grande parte na indústria, agricultura, mineração), apesar de sua redução numérica, continuam tendo um papel central na luta anticapitalista.

Porém, o grande desafio será conseguir a unificação com os segmentos que formam essa grande massa de "subproletários", dispersos numa multiplicidade de formas precárias de trabalho, assim como os desempregados, totalmente excluídos do processo de produção. Apesar do menor peso político desse setor por sua posição marginal na cadeia produtiva, para o mesmo autor, "sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, *uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital*". (ANTUNES, 1995, p.90). O que pode ser constatado nas inúmeras e massivas ocupações de sem teto, sem terra, e várias outras mobilizações.

Atualidade das organizações pela base

Embora, ao contrário dos anos 1970, as instituições e os canais de representação política estejam formalmente funcionando dentro da

“normalidade”, a complexidade das contradições que afetam a sociedade atual e a distância quilométrica entre “representantes” e “representados” recolocam com mais pertinência a velha discussão em torno da experiência dos Conselhos. Não como modelos a serem mecanicamente reproduzidos, mas no sentido de atualizar o desafio de descobrir novas formas de organização que deem conta de garantir o envolvimento, a intervenção direta, enquanto sujeitos, dos diversos grupos e segmentos que compõem a classe trabalhadora. Justamente pela complexidade da sociedade contemporânea, aumenta a necessidade de uma “pluralidade de sujeitos coletivos” - onde partidos, sindicatos, movimentos, conselhos, redes sociais - e demais meios tecnológicos que abrem imensas possibilidades de globalização das forças do trabalho (não só do capital) - possam combinar as diversas formas de democracia direta e representativa, substituindo a subordinação e a apatia de grande parte da população pelo direito à autonomia, à autodireção, interferindo diretamente nos destinos do país e das próprias vidas, superando a divisão entre governantes x governados e dominantes x dominados.

A necessidade de órgãos diretos de participação, fica mais evidente frente à atual “degeneração da democracia burguesa” e a mais que provada limitação e insuficiência das formas tradicionais de fazer política, como afirma James Petras:

Dada a decadência da política eleitoral neoliberal, o renascimento da ação extraparlamentar constante e em larga escala está na ordem do dia. [...] A contestação do modelo neoliberal requer um movimento político que vá além de mudanças do regime eleitoral e coloque na ordem do dia as formas de representação direta: conselhos operários e de moradores dos bairros, milícias populares e alternativas semelhantes às atuais estruturas verticais de poder. ” (Petras, 1995, p. 52 e 61.)

Concluindo, a reconstrução de um projeto de classe, numa conjuntura adversa como a atual, além de bandeiras de luta concretas que consigam traduzir os interesses comuns às forças do trabalho, tal como nos anos 1970 continua a exigir a ação conjunta de todos os segmentos de trabalhadores (incluindo militantes e intelectuais inseridos organicamente) num lento e paciente processo de preparação e acumulação de forças que possibilite retomar o movimento consciente de autoconstrução da classe trabalhadora desenvolvido em meio a avanços e recuos ao longo da história.

Referências:

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*, vol I, São Paulo: Paz e Terra, 1987.

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Novos personagens, nova cena e novos problemas: o movimento sindical e popular no retrovisor

Por Reginaldo C. Moraes (Unicamp, julho de 2018)

Há exatos 30 anos, o sociólogo e militante Eder Sader publicou um livro de obrigatória referência para quem busca analisar os movimentos sociais da Grande São Paulo, na década de 1970. É útil, também, para compreender outros contextos, nas outras regiões metropolitanas do país.

O título era mais do que sugestivo – *Quando Novos personagens entraram em Cena – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. (Paz & Terra, S. Paulo, 1988). O livro procurava entender “a experiência da condição proletária”, o modo de vida das classes populares e, também, a dinâmica dos novos movimentos sociais. Enfatizava a importância de dois “lugares” dessas lutas – a moradia (os bairros periféricos) e o trabalho (fábricas e sindicatos). O estudo – originalmente uma tese de doutorado em sociologia – dava bastante importância às “matrizes discursivas” que animavam os personagens e ajudavam a compor a sua visão de mundo. Aí, o autor identificava “três centros de elaboração”: a igreja católica, o novo sindicalismo e os grupos de esquerda em reconstrução, depois da derrota sob o governo Médici.

Olhando em retrospectiva, parece-me que seria prudente reavaliar o peso dessas “agências”. Quanto aos grupos de esquerda em reconstrução, por exemplo, embora tenham tido importância crucial em certos momentos e lugares, a memória me convence que só sobreviveram e vicejaram, durante algum tempo, precisamente na medida em que cultivaram algum tipo de simbiose – criativa, muitas vezes - com as outras duas matrizes, a Igreja e os movimentos sindicais de novo tipo.

Muita coisa mudou, três décadas depois desse estudo. As transformações foram de tal porte que quase se pode dizer

que os novos personagens saíram da cena, trocaram de identidade ou se enquadraram em um novo enredo.

Este texto é uma tentativa certamente parcial de rever essa trajetória. Não é resultado de uma disciplinada pesquisa acadêmica – não saberia fazê-lo, nunca foi meu campo de estudo. É mais uma coleta de lembranças de um ativista que, pela necessidade, também analisava e estudava o campo em que agia. Esses são os limites desta reconstrução.

Por isso, a estrutura da exposição é um tanto acidentada, mais uma sucessão de quadros do que a demonstração de um teorema. Das três “agências” ou centros de elaboração mencionados por Eder, creio que vou enfatizar duas, com um qualificativo para cada uma delas: a vertente católica “progressista” e os novos sindicalismos (no plural). Quanto aos grupos de esquerda em reconstrução, embora tenham tido importância crucial em certos momentos e lugares, a memória me convence que só sobreviveram e vicejaram, durante algum tempo, precisamente na medida em que cultivaram algum tipo de simbiose – criativa, muitas vezes - com as outras duas matrizes, a Igreja e os movimentos sindicais de novo tipo.

Mutações da classe trabalhadora, formação de percepções e realinhamentos políticos

Como todos sabemos, o Brasil passou por dois grandes tormentos de industrialização e urbanização. Chamo-os de tormentos porque foi assim que os 2 processos de desenvolvimento dos anos 1950 e 1970 repercutiram na vida e nos sentimentos da classe trabalhadora.

Em grande medida, vale para esta situação aquilo que Karl Polanyi comentou em um livro memorável:

"...uma calamidade social é basicamente um fenômeno cultural e não um fenômeno econômico que pode ser medido por cifras de rendimentos ou estatísticas populacionais. (...) a Revolução Industrial [foi] um terremoto econômico que em menos de meio século transformou grandes massas de habitantes do campo inglês de gente estabelecida em migrantes ineptos. Todavia, se desmoronamentos destrutivos como esses são excepcionais na história das classes, eles são uma ocorrência comum na esfera dos contatos culturais entre povos de raças diferentes. Intrinsecamente, as condições são as mesmas. A diferença está principalmente no fato de que uma classe social é parte de uma sociedade que habita a mesma área geográfica, enquanto o contato cultural ocorre geralmente entre sociedades estabelecidas em diferentes regiões geográficas. Em ambos os casos o contato pode ter um efeito devastador sobre a parte mais fraca. A causa da degradação não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode naturalmente fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica - ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida. O resultado é a perda do auto respeito e dos padrões, seja a unidade um povo ou uma classe, quer o processo resulte do assim chamado "conflito cultural" ou de uma mudança na posição de uma classe dentro dos limites de uma sociedade" (A grande transformação – as origens de nossa época, ed. Campus, RJ, 1980, p. 160)

Mas o tormento maior talvez estivesse por vir, com um processo reverso, o da desindustrialização e precarização generalizada do emprego. Com esta reversão, a classe trabalhadora sofreu uma fragmentação adicional àquela que tradicionalmente administra a classe dominante, para assegurar o controle social.

Essa fragmentação foi viabilizada por alguns fatores que parecem puramente tecnológicos (a automação), mas que dependem essencialmente de iniciativas políticas, de confrontos. Essas iniciativas – que reconstituíram tremendamente o quadro em que vivem os trabalhadores - podem ser divididas em dois tipos gerais. Há mudanças macroeconômicas como as privatizações e desregulamentações – que mudam radicalmente o quadro do emprego e da compra da força de trabalho. Esses dois processos foram marcantes na década de 1990. Em especial, foram privatizadas unidades fabris pesadas (siderurgia, petroquímica, material ferroviário etc.) e serviços de utilidade pública de grande alcance (eletricidade, telecomunicações, saneamento). Com enorme impacto no volume de empregos e na forma dos contratos remanescentes.

E há mudanças microeconômicas não menos importantes, em parte ajudadas pelas mudanças legislativas que chamamos de desregulamentação. Reestruturaram-se as empresas apelando a práticas diversas de subcontratação, terceirização e terceirização, processo quase ininterrupto, desencadeado também nos anos 90 e acelerado depois do impedimento de Dilma Rousseff, graças à febre legislativa do governo Temer.

A fragmentação da classe trabalhadora e o encolhimento do emprego – sobretudo o emprego formal e protegido pela legislação trabalhista – levou a um relativo esvaziamento da base social da esquerda política – isto é, dos agrupamentos partidários que buscam reformar ou revolucionar o sistema capitalista.

A rigor, antes de chegar aos partidos, o esvaziamento passou pelo enfraquecimento das organizações que concorriam para formar a identidade cotidiana da classe trabalhadora, de seu reconhecimento como ser social – organizações como os sindicatos e associações. Os sindicatos viram escorrer entre os dedos as categorias que representavam. Com as diferentes formas de terceirização e subcontratação, os trabalhadores foram redistribuídos na máquina produtiva. E deixaram de frequentar a “escola de política” em que se formavam, as campanhas salariais. Esse processo foi marcante para numerosas

categorias – como os metalúrgicos, na manufatura, e os bancários, no setor de serviços. Assim, os trabalhadores “da Volks”, por exemplo, uns 40 mil no final dos anos 1970. Muitos deles talvez ainda trabalhem “para a Volks” (nas subcontratadas) ou mesmo “na Volks” (por exemplo, servindo refeições), mas já não são trabalhadores “da Volks”. Nem são representados e mobilizados pelo sindicato dos metalúrgicos. Deixaram de ser “metaleiros”, como seguem sendo os cerca de dez mil que continuam diretamente contratados pela montadora alemã.

Novo cenário, novos personagens?

As transformações “estruturais” do mundo do trabalho, acumuladas durante as três últimas décadas, tiveram enorme impacto na vida material cotidiana, em que se solidificam as forças do hábito e da associação, a formação dos sentimentos, ideias e comportamentos políticos. Vale a pena, portanto, detalhar o que resumimos de modo telegráfico nos parágrafos acima.

No espaço da vida material das massas, há um fenômeno forte e muito visível para qualquer observador atento. Grandes unidades fabris foram esvaziadas. E floresceu uma enorme “classe trabalhadora de serviços”. Essa nova encarnação da classe trabalhadora está predominantemente empregada em pequenas unidades que operam segundo uma lógica de redes – com a propriedade e a gestão centralizadas, padronizadas. Mas, ao mesmo tempo, organizam-se segundo uma lógica de unidades espacialmente segmentadas, fragmentadas. O exemplo mais chocante dessa mudança de cenário (com implicações no comportamento dos personagens) é a multiplicação dos shopping centers, aglomerados de lojas, algumas delas unidades de redes (de farmácias, cafeterias, magazines de vestuário, etc.). Em São Paulo havia quase 5 mil fábricas metalúrgicas, em 1980 – grandes, médias, pequenas, minúsculas. Desde produtoras de máquinas até oficinas de bijuterias. Hoje, esse montante certamente é uma fração daquele número. Mas há perto de 50 shoppings, com essas redes comerciais distribuídas pela cidade. Sem falar nas “galerias” menores, grandes gaiolas de lojas e quiosques espalhadas no centro velho, na Avenida Paulista ou em torno das estações do metrô.

Voltarei aos outros personagens em outra ocasião. Por enquanto, registro as peculiaridades de um deles, que me parece ganhar importância quando tomamos distância. Refiro-me à “matriz discursiva” da Igreja Católica – ou, pelo menos, de uma 4 parte então relevante daquela igreja. Até porque foi bem mais do que discursiva, como se pode ver nos episódios que comento.

Começo pela memória de um evento casual. No início de 1972, eu era militante de um grupo clandestino que se opunha à ditadura. Estava envolvido numa campanha, a da chapa de oposição no sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo-Capital. Depois de uma jornada de panfletagens nas fábricas de Santo Amaro, acompanhei meu amigo Vito Giannotti, operário vinculado à esquerda católica, à casa de Plínio de Arruda Sampaio, no bairro dos Jardins. Na nossa provável ingenuidade juvenil (Vito tinha 28 anos, eu tinha 21), íamos pedir a Plínio, membro importante da Comissão de Justiça e Paz, para que recomendassem aos padres da periferia uma atitude de cooperação com os movimentos operários e populares. Basicamente, que abrissem as paróquias periféricas para nossas reuniões e campanhas de difusão. Anos depois, bem depois, entendi que não era apenas isso. Não íamos pedir algo que não estivesse já deliberado em certa agenda. Sabíamos que outros trabalhadores católicos, em outras regiões da cidade, faziam algo parecido com outros membros progressistas da Comissão. O que não sabíamos era que nossa “demanda” era a contrapartida (talvez induzida) de uma estratégia bem mais ampla e organizada do saudoso cardeal Paulo Evaristo Arns. A chamada Operação Periferia. Segundo minha avaliação atual, Arns precisava dessa pressão “pelos bases” para ajudar a legitimar sua decisão corajosa e estratégica. Hoje tenho convicção de que jamais conseguiremos exagerar a importância de sua Operação Periferia para a reconstrução do movimento operário e popular, nas duras condições dos anos 1970.

Por isso vale a pena recompor a estória dessa operação de Arns, que não tinha apenas a dedicação de um franciscano, era um pastor intelectualmente sofisticado e um

“comandante” dotado de notável visão estratégica.

Desde logo, quando se tornou arcebispo de São Paulo (1970), Arns planejava reorientar a ação da igreja na região, que incluía a capital e Osasco, a cidade “vermelha”. Era uma mudança clara com relação ao antigo gestor, Agnelo Rossi, que tinha declarada simpatia pelo regime militar. Durante a campanha da Fraternidade de 1972, Dom Paulo lançou sua Operação Periferia, num programa de rádio da Diocese.

Organizar a igreja na periferia tinha mais do que um sentido geográfico – eram periféricos os pobres, morando em favelas, bairros precários da periferia ou cortiços e casas de cômodos do centro deteriorado da cidade.

O objetivo básico da Operação era formar comunidades. Para isso, era necessário descobrir e treinar lideranças para animá-las, montar centros comunitários nos bairros, para nuclear atividades religiosas ou não. Formular projetos que envolvessem necessidades dos moradores, que os envolvessem. A Operação projetava uma organização através de colegiados em diferentes níveis, da base (as comunidades) ao topo (a coordenação). E incorporando militantes leigos. Construir comunidades implicava construir essa liderança organizada.

A operação teve lances de enorme simbolismo. D. Paulo vendeu a majestosa residência episcopal, um palacete rodeado de jardins em região nobre. E investiu esse importante recurso na compra demais de uma centena de terrenos em bairros periféricos, para a construção de centros comunitários. Não seriam apenas igrejas, destinadas a celebrar missas. Seriam centros com salas e salões destinados a atividades como reuniões dos clubes de mães, dos grupos de catequese, dos núcleos da pastoral operária, creches, cursos, grupos de jovens para fazer música ou teatro. E também, claro, para as celebrações dominicais.

Impossível desligar esse movimento, menos conhecido, de outro, que conhecemos bem. Durante os anos 1970, mesmo sob a ditadura, houve uma difícil, mas progressiva recomposição da esquerda política, depois do massacre repressivo. Um crescimento de seus ativistas e militantes com fundamento em

uma base social clara, uma rede de conexões que se propagava. Uma rede meio subterrânea que viria à luz do dia com o declínio da ditadura e a “redemocratização” dos anos 1980. Esse crescimento foi muito alimentado pela forja de militantes e ativistas que vinham de sindicatos e igrejas. A base social relevante da esquerda política começou a ser essa: os movimentos do “povo pobre da periferia”, expressão preferida dos católicos e dos maoístas, a corrente política mais “casada” com os religiosos.

Sim, era daí que saía o grosso da militância e dos filiados do PT, por exemplo. Ou das oposições sindicais. Ou da futura CUT. Porque os sindicatos e esses movimentos populares – tantas vezes nucleados em paróquias perdidas em bairros precários – eram os “lugares” da sementeira. Era ali que se realizava aquela atividade regular, constante, de formação de identidades e afinidades, de hábitos de pensamento e de comportamento. Hábitos de encontro – a palavra igreja vem de Eclésia, assembleia, encontro, e não é por acaso.

Quando a base social da esquerda política se fragmenta, desintegra ou “amolece”, a dificuldade para promover grandes enfrentamentos é terrível. Depois de 1980, principalmente, as empresas começam a passar por “reengenharias”. São fragmentadas e terceirizadas. Com essa reforma e com a automação, categorias profissionais inteiras são reduzidas pela metade, são partidas. Depois, com as privatizações, outras categorias definham. Os movimentos sindicais iriam sentir esse baque.

Outros baques viriam, no movimento dos bairros periféricos, o outro lugar de florescimento de lideranças. Nos anos 1970, a esquerda conseguiu avanços significativos (em parceria com o chamado clero progressista) criando conexões entre movimentos no local de moradia. Havia uma interligação e cooperação viva entre movimentos por transporte, saúde, infraestrutura urbana, e movimentos sindicais, redundando em fortalecimento de campanhas de sindicatos e oposições sindicais. Escolas de solidariedade e de política. Essa atividade foi profundamente abalada por vários fatores, um dos quais, nada desprezível, foi o brutal desmonte da

igreja da libertação, uma iniciativa clara e enérgica do papa eleito em 1979.

Nos bairros populares, a chamada “igreja progressista” foi rapidamente desmantelada por um papa claramente reacionário. Ali, onde elas eram o lugar do encontro, são substituídas por uma profusão de alternativas evangélicas, com práticas de enraizamento bem parecidas, mas, em geral, com um discurso radicalmente oposto. A teologia da libertação – a da salvação coletiva – dá lugar à teologia da prosperidade, em que Deus é uma caderneta de poupança: você investe e ele dá retorno, aqui mesmo, na vida material, no vale de lágrimas. A salvação individual, através do mérito e do mercado.

A Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, nasceu num barracão do subúrbio carioca, no final dos anos 1970. Menos de dez anos depois já possuía templos e salões de culto em centenas de municípios. E adquiria uma das maiores redes de rádio e TV. Muitas concorrentes – ou co-irmãs – seguiram esse rumo. A cronologia desse crescimento é relevante – principalmente quando a comparamos com a cronologia de desmonte da igreja progressista, sob o papado de Woytila.

As chamadas correntes evangélicas mostraram admirável energia militante. Evangélicos são usualmente praticantes – vão ao culto toda semana. Mais do que isso. Muitos vão mais vezes à igreja, enviam os filhos para atividades de jovens, crianças. Participam de círculos bíblicos, grupos de jovens e mulheres, organizam campanhas de proselitismo e venda de publicações, de conquista de adeptos e “associados”. Muitas igrejas dessas igrejas realizam um notável e dedicado serviço social, de apoio aos “irmãos”, de atração de fiéis. Oferecem cursos, grupos de teatro, creches, orientação para emprego, moradia, legalização de documentos, informam sobre o acesso a serviços públicos e assim por diante. Socializam, acolhem, integram. E para ajudar, nos intervalos o fiel ouve seus pastores e cantores no rádio, cadeias enormes de rádio e TV. Nas ruas comerciais das grandes cidades, lojas ou cinemas que fecham são com frequência alugados para alguma igreja desse perfil, não importa sua denominação. Nos bairros periféricos, desde a metade dos anos 1980, vemos a

multiplicação de seus pequenos galpões. Nos anos 1970 era quase impossível ver um sequer. Com o tempo, transformam-se em templos maiores, alguns bastante imponentes – suficientemente amplos para abrigar todas essas atividades.

Dada essa máquina azeitada e essa paciente intervenção no cotidiano, quando organizam uma “marcha de Jesus” aquela multidão não é surpresa – é resultado de um intenso “trabalho de base”.

O associativismo é, por um lado, reflexo de identidades coletivas. Mas é também formador de identidades coletivas. Isso sempre foi muito visível no associativismo reivindicatório dos sindicatos – o que levava líderes de esquerda a chama-los de escola de política. Um movimento forte desse tipo se constituiu em torno das igrejas, como dissemos.

O desenvolvimento brasileiro, com suas ondas de urbanização e industrialização, produziu esse festival de paradoxos que temos hoje. Nos campos, muita terra sem gente e muita gente sem campo – a base para outro importante movimento, que não iremos comentar. Nas cidades, muita gente sem teto frente a muito teto sem gente. E muita gente sem quase nada, mesmo quando sob um teto precário. Assim, não seria de surpreender que se constituísse uma espécie heterodoxa de “sindicalismo” ou movimento reivindicatório ligado a tais condições de sobrevivência. Algo que tinha a ver com a mudança das condições de reprodução da força de trabalho, no capitalismo “maduro”.

Essa mudança na condição proletária tem algumas evidências imediatas. O que é hoje a cesta de consumo necessária à manutenção e reprodução da força de trabalho, nos países centrais e, mesmo, nos periféricos integrados ao moinho capitalista? Metade dos bens e serviços essenciais, pode-se dizer, é obtida por outros meios que não o dispêndio do salário. É comprada indiretamente, de modo menos visível, através de outra relação, que não a patrão-empregador. Cidadão-estado-serviços públicos (como educação e saúde) e serviços de utilidade pública (energia, água e esgoto, coleta de lixo, moradia). E alguns bens comprados no mercado e na feira são regulados pelo estado, alguns,

ainda, subsidiados pelo estado. Carga tributária? Nos Estados Unidos, tradicionalmente avesso a taxas, perto de 30%. Na Europa Ocidental, em torno dos 50%. No Brasil, quase 40% (sobre a economia formalizada, bem entendido).

Ora, o instrumento de organização e formação de ideias, no confronto operário, é algo que chamamos de sindicato. Para negociar o pagamento que garantirá a compra da vida, no dia seguinte, na semana seguinte. E no novo cenário? O sindicato continua sendo relevante para lutar pela metade dessa vida – aquela que depende da negociação salarial. E a outra metade? Ela é mediada por outro tipo de organização – menos formalizada, frequentemente ocasional e flutuante. Os movimentos sociais – movimentos 7 que reivindicam água, luz, uma linha de ônibus, posto de saúde, escola. E as mobilizações de protesto aleatórias – como os motins do pão, dá água, das tarifas e preços de serviços de utilidade pública. Um outro tipo de confronto e outro tipo de “negociação”, quando há alguma.

A forma de organização desses movimentos não se faz em uma ou poucas sedes nas cidades, em assembleias periódicas realizadas em torno das datas de celebração de contratos coletivos. A atividade convencional dos sindicatos é essencial – e para algumas categorias é simplesmente vital. Mas, o que dizer dos movimentos sociais voltados para o “salário indireto” dos serviços públicos e serviços de utilidade pública? Eles são e provavelmente continuarão a ser relativamente descentralizados, tendo como referência principal o local de moradia, congregando indivíduos e famílias de diferentes ocupações, mas com muitas identidades de destino e vida.

Dada a importância desse universo de conflitos e seus efeitos psicossociais, ideológicos e políticos, os sindicatos convencionais precisam prestar atenção nesses movimentos, alguns novos, outros nem tanto. Os sindicatos talvez precisem tratá-los como irmãos menores. E, em alguma medida, como seus sucessores, seus herdeiros organizativos. Pelo menos para algumas categorias de trabalhadores fragmentados e para alguns tipos de lutas. Precisam ajudá-los a crescer. Investir neles.

Esse fenômeno está longe de ser exclusivo de países como o Brasil. Vale a pena dar uma olhada no que fez a central sindical americana, a AFL-CIO. Deu-se conta de que perdia bases com a desindustrialização, o deslocamento das plantas, a fragmentação das categorias. E com o crescimento da massa de trabalhadores (imigrantes, principalmente) em setores de serviços de baixa formalização e difícil sindicalização. Criou um movimento-comunidade, organizado a partir dos locais de moradia, uma ferramenta especial para enfrentar o novo desafio. Pode não ser uma iniciativa para “copiar”, nem a única a imaginar, por certo. Mas é bem sugestiva. Veja o site para ter uma ideia da coisa: <https://www.workingamerica.org/about>.

A história brasileira recente tem lampejos nessa direção – já em contexto diferente daquele da Operação Periferia. No final dos anos 1970 foram inventadas algumas formas alternativas de organização popular – locais de socialização, formação de identidades e mobilização. As Associações de Trabalhadores – efêmeras, pontuais. Algumas delas duraram mais tempo – a mais dinâmica foi a Associação dos Trabalhadores da Mooca, já retratado em livro (DE GRAZIA, 2017).

Um outro sinal daqueles tempos foi a tentativa de CUTs estaduais e regionais para criar espaços descentralizados com esse objetivo, já nos anos 1980. A CUT regional da Grande São Paulo, por exemplo, abriu várias sub-sedes em bairros. Eram espaços inter-categorias e multi-funções – local de encontro, de atividades culturais, de organização de campanhas. Esses espaços tiveram importância em movimentos reivindicatórios. O ano de 1985 viu surgir, com sucesso, uma campanha unificada de várias categorias profissionais, na Grande São Paulo. Por razões que precisam ser estudadas, esse movimento de capilarização regrediu, já na década seguinte.

Para onde fomos? Para onde queremos ir? Tem que ser assim?

Assim, talvez se possa fazer uma síntese dos condicionantes das escolhas políticas que temos diante nós hoje, em 2018. É o que tentamos nestes parágrafos conclusivos. 8

Resumindo o argumento. Ao longo dos últimos 30 anos, refluíu o ativismo de esquerda, aquele que conectava local de trabalho e local de moradia – e se realizava em paróquias, associações ou subdeses sindicais. Em seu lugar, cresceu um outro organizador de rotinas, aspirações e desejos – as igrejas evangélicas, que se multiplicaram, precisamente, depois de 1980. Uma escola de política se esvaziava, uma outra se erguia.

Descrevi, páginas acima, a Operação Periferia, um construto político de notável envergadura. Nenhuma das organizações de esquerda, pequenas e divididas, teria condições de empreendê-la, mesmo que tivesse tal visão. Os sindicatos – mesmo que fossem imbuídos dessa compreensão – não tinham coesão suficiente para isso, ainda que, hipoteticamente, tivessem os recursos. Esse papel coube à Igreja, ou uma parte inovadora e voluntarista da Igreja, equipada com uma nova teologia. A partir do final dos anos 1970, vemos empreendimento similar, mas com cortes claramente conservadores. Houve e há uma espécie de “operação periferia” desencadeada pela constelação de igrejas pentecostais conservadoras. Nada garante que continuem a ter essa inclinação doutrinária nem que sejam eficientes na tarefa de controle social. Mas... quem saberá construir uma alternativa? Como? Talvez hoje sindicatos, movimentos e partidos à esquerda tenham mais saber e mais coesão para tentar. Talvez. Se não o fazem, acredito, renunciam a seu papel, mergulham na mediocridade e entregam a batalha para o adversário. A história provê a oportunidade, não o resultado.

As condições e os personagens são diferentes, portanto. Para o bem e para o mal. E hoje não precisamos de um empreendimento imobiliário como aquele do cardeal rebelde. Há um grande número de espaços estatais para reconquistar e tornar públicos. Uma escola em cada bairro, centros comunitários como os CEUs de São Paulo. Outros. Talvez o que falte seja a criação de pacientes e dedicados mutirões juvenis, por exemplo. Que tenham a humildade de aprender e ensinar uma nova lição, para que o “público alvo” seja mais do que um alvo. O público alvo tem que ser ativo. Porque, como diziam meus amigos cristãos, quem mastiga sente o gosto. E quem sente o gosto tem mais

fome. De poder, porque é do poder que estamos falando.

Referências básicas:

Artigos no Brasil Debate (www.brasildebate.com.br). Eles também estão reunidos neste endereço: <https://www.alainet.org/es/autores/reginaldo-moraes>

Artigos no Jornal da Unicamp: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/reginaldo-correa-de-moraes>

POCHMAN, Márcio e Reginaldo C. Moraes - Capitalismo, Classe Trabalhadora e Luta Política no início do século XXI - Experiências no Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França.

DE GRAZIA, Giuseppina - Da organização pela base à institucionalização, Editora NPC, Rio de Janeiro). 2017

Guerrilha da informação: temos os instrumentos e a vontade de lutar

Por Gustavo Barreto ()*

Há muitos anos, desde que comecei a tratar em minhas aulas das mais recentes mudanças promovidas pelas redes sociais – incluindo as transformações políticas relacionadas –, tenho batido na tecla de que este fenômeno não é especialmente novo. Ainda é comunicação, pessoas a serem alcançadas. Se há diferenças, isso precisa ser claramente argumentado – do contrário, deve ser descartado.

O recente episódio relacionado à promoção em massa de informações falsas – utilizando pesada estrutura empresarial e velhos boatos repaginados – apenas confirma este cenário: o poder econômico continua valendo, por exemplo, contra a suposta força espontânea das redes sociais, uma evidente ilusão demonstrada ano após ano.

Não se trata de abandonar as redes, claro, pois continua sendo nelas onde, hoje, flui a comunicação. Trata-se, ao contrário, de avaliar continuamente práticas e analisar cenários em transformação.

Vejamos o exemplo do Facebook: esta rede social começou promissora, ofertando todo tipo de serviços e possibilitando a conexão rápida e ágil entre pessoas e organizações. Quando finalmente conseguiu mais usuários do que a população do maior país do mundo, a China, seu fundador cortou o fluxo que existia entre pessoas e organizações, passando a cobrar um “pedágio” para que essa ligação ocorra. É uma rede privada, afinal, como vínhamos alertando há muitos anos.

Tratar de temas que envolvam, por exemplo, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a luta contra todo tipo de opressão do capital, do patriarcado e das instituições racistas sempre foi uma batalha inglória. Isso não seria diferente nas redes, apesar de toda a facilidade que a Internet, de fato, proporcionou aos movimentos sociais e lideranças populares.

Estes temas, portanto, são difíceis de serem ampliados – e os desafios aqui colocados estão nesse contexto. O objetivo deste trabalho do Núcleo Piratininga de Comunicação tem sido, dessa forma, identificar boas práticas sobre como se comunicar nas redes – o que é mais ou menos como se comunicar em qualquer meio de comunicação. Mas quais são, em síntese, estas práticas? Resumo a seguir em sete breves tópicos:

1. A boa e velha periodicidade jornalística

É comum observar páginas que colocam muitos conteúdos seguidos, ou mais comumente páginas que colocam conteúdos só de vez em quando. Isso ignora que a periodicidade jornalística não foi extinguida, ela é importante por um motivo humano.

A informação não deve ter interrupção – nem final de semana! –, e podem ser feitos testes de horários, conteúdos etc. Se a TV tem programação, por que não as redes sociais? Em todas as ferramentas – Facebook, Twitter etc –, existem formas de programar conteúdo, o que é essencial para criar o hábito, junto às pessoas, de acompanhar suas informações. E aqui, ainda estamos falando de contar uma história de modo interessante e atraente – algo que deveria ser a regra em qualquer meio de comunicação.

2. Design: toda comunicação deve ser ‘visual’

Boas imagens, texto claro – ambas indo direto ao ponto: isso sempre vai funcionar. É por isso que o padrão “antigo” de um bom título e um subtítulo que completa o título ainda está longe de ser aposentado. Ainda é jornalismo ainda, ainda é comunicação. O personagem, por exemplo, não morreu.

Conteúdos com análises, textos didáticos etc. recebem muita atenção. Falar sobre uma denúncia deveria vir acompanhado de uma explicação sobre o contexto, gráficos, linha do tempo etc.

Estas são técnicas conhecidas de “tornar visual” – é o que costuma funcionar na comunicação moderna.

Portanto, é essencial não abandonar a imagem e o design com um todo, sob qualquer hipótese. Cuidar do tratamento da imagem, produzir um bom vídeo, contar novamente a história por meio de um gráfico – há muitas formas de disputar mentes e corações. Abandonar a comunicação excessivamente institucional é difícil, mas é a única forma de alcançar um melhor resultado. Cartum, gráficos e outros recursos desse tipo são ótimos. Na Internet há muitos recursos que apoiam o comunicador nesse sentido.

3. Falar português

Em uma de suas obras célebres, denominada “Muralhas da Linguagem”, Vito Giannotti definiu da seguinte forma o *intelectualês*: “A prática de falar de uma forma complicada, usando palavras e expressões compreendidas apenas por quem é do ramo”.

Em uma entrevista em 2004 para o jornal *Brasil de Fato*, ele completa: “(...) Isto é, quem tem uma escolaridade de vários e vários anos e uma prática intelectual intensa. O intelectualês é legítimo se falado entre intelectuais. Mas, falado com a maioria do nosso povo (...), é uma barreira que impede a compreensão da maioria. Mas, justamente, a nossa comunicação quer falar para a imensa maioria”[1].

Esta deve ser uma regra – novamente – de todo comunicador, e não apenas dos comunicadores nas redes sociais. Perder essa batalha da linguagem e colocar em risco todo e qualquer projeto de comunicação que se pretenda popular.

4. Vídeos, aliados da comunicação popular

Seguindo a estratégia de que “tornar visual” deve ser um dos principais caminhos da comunicação popular, os vídeos são hoje uma prioridade cada vez maior. Os vídeos podem circular por toda e qualquer rede social e se difundem de modo muito rápido. A produção de vídeos explicativos sobre temas urgentes, por exemplo, é uma das melhores formas de disputar os corações das pessoas – e

convidá-las a se envolver na defesa de seus direitos.

Há, aí, uma grande disputa de narrativas nas redes. Qual a novidade? Hoje, temos mais capacidade de produzir boas peças de comunicação – mas o poder econômico continua sendo determinante para a difusão de conteúdos, como vimos nas últimas eleições. É preciso disputar cada vez mais esta ferramenta, algo que podemos fazer muito mais hoje do que nos anos 1990 ou antes, por exemplo. Há 20 anos, quem poderia imaginar que fazer um vídeo ao vivo seria tão fácil?

Neste caso, a comunicação popular deve ficar atenta para a qualidade do design e da produção – como sempre. Uma boa luz, áudio sem ruídos, bom enquadramento de câmera (ou de celular), edição apurada, trilha de apoio – tudo isso é um trabalho extremamente importante das e dos comunicadores populares.

5. Distribuição: as pessoas se comunicam mais por onde elas quiserem

Essa é uma máxima central: as pessoas se comunicam de diversas formas. Por comentários nas redes, formulários que você criou, telefone, Whatsapp – isso deve ser um aprendizado, uma escuta antes de começar a comunicar.

É preciso ir onde o povo está – nada de novo. As ferramentas mais modernas permitem a publicação em múltiplas plataformas, o que poderá ser útil na hora de massificar sua produção. O que não pode, sob qualquer hipótese, é abandonar espaços de disputa política nas redes. Uma avaliação frequente sobre o consumo de redes sociais é essencial para a sobrevivência de qualquer estratégia de comunicação popular.

6. Diálogo frequente: na rua e nas redes

Se dialogar com a população nas ruas continuará sendo central em nossas lutas, conversar com ela nas redes também é muito importante. A hashtag (#) ou a marcação de pessoas (@) nas redes é uma forma de chamar atenção para o fato de que ali há um diálogo interativo – e que tem alguém efetivamente ouvindo reivindicações, questões e demandas de informação.

7. Inove à vontade!

Continue aprendendo. Aprenda com jovens, com os mais experientes, com os especialistas. Como se comunica hoje? Mudou alguma coisa? Por que os chamados “memes” fazem tanto sucesso? Os “gifs”, que fizeram sucesso nos primórdios da rede, voltaram para ficar? Há novas redes sociais surgindo? Uma novidade tecnológica é necessariamente algo bom para a nossa comunicação? Questões como estas devem ser refeitas de tempos em tempos, de modo a nos mantermos atualizados diante das frequentes mudanças no campo da comunicação. Com a inovação tecnológica aplicada, ainda assim pergunte-se: estamos sendo vistos? Com quem estamos conseguindo efetivamente dialogar?

Redes sim, porém sociais

E, por fim, pergunte-se: estamos em redes efetivamente sociais? Estamos produzindo nossas próprias redes e ampliando o contato humano? Por e-mail, WhatsApp, Facebook, Instagram, jornal impresso – pouco importa, é preciso sempre refletir sobre o que há de social em sua rede. Falar e não comunicar é um risco perene para qualquer comunicador – nunca deve ser, no entanto, uma possibilidade na comunicação popular.

O desafio da comunicação popular nestes próximos anos será imenso, mas não maior do que o que já enfrentamos em outros tempos. Por meio do rádio, militantes de esquerda já obtiveram enormes vitórias populares. Isso demandou muita dedicação e luta política. Com as ferramentas que temos, estão postas todas as condições para vencer essa batalha e, até mesmo, a guerra informacional atual.

() Gustavo Barreto é doutor em comunicação e cultura pela UFRJ, autor do livro “Cidadania e Internet” (Appris, 2017) e colaborador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), lecionando sobre o tema desde 2004.*

[1] Vito Giannotti citado por Cláudia Santiago para o jornal “Brasil de Fato”, edição nº 90, de 18 a 24 de novembro de 2004. Fonte: <http://piratininga.org.br/artigos/2004/07/giannotti-muralhas.html>

Lições e desafios da conjuntura

Por Miguel Stédile

1. O ponto de partida de nossa análise da conjuntura é de que vivemos uma crise econômica, social e política internacional, uma crise do sistema em que a dinâmica da oferta do crédito do período anterior precisa ser substituída pela redução dos custos de produção (redução de direitos), num contexto de disputa geopolítica (EUA x China/Rússia) e de movimento de contrarreforma internacional (ou reacionarismo). O golpe, para nós, nunca foi apenas o impeachment da Dilma, mas este conjunto de medidas político, jurídicas e econômicas para efetivar a retirada massiva, brutal e rápida de direitos.

2. Se esta foi a maior vitória da direita da história do Brasil, significa reconhecermos que é a maior derrota da esquerda recente. Esta categorização é importante não para alimentar derrotismos ou pessimismo, mas para que não adociquemos os problemas e, portanto, nos dediquemos a entender quais são os pontos que levaram a nossa derrota, não apenas eleitoral, mas principalmente ideológica. A direita nunca tratou como apenas uma eleição, mas como parte da anulação da esquerda como alternativa.

3. Houve uma profunda unidade da direita em torno da candidatura Bolsonaro, não foi uma onda. Foi uma decisão política, unitária. Mas se olharmos o processo vamos perceber que a candidatura do Bolsonaro foi progressivamente unificando distintos setores da burguesia na medida em que o Alckmin fracassava e que o antipetismo se tornava funcional na disputa eleitoral. É importante ressaltar que o capital financeiro (e o agronegócio) já havia desembarcado na candidatura Bolsonaro antes do início do primeiro turno. E enquadrou o capital industrial (que tinha divergências como a questão da China, o temor do ultra liberalismo).

4. O verdadeiro partido das elites, temos dito há tempos, não são as legendas partidárias, mas os veículos de comunicação. Todos nos lembramos do papel determinante da Globo em 2013, 2014 e 2016. Entretanto, a eleição do Bolsonaro indica que chega ao poder um outro partido ideológico que é o casamento do ultra liberalismo, com as forças armadas e a igreja universal. Outra contradição para ficarmos atentos.

5. O judiciário também teve atuação militante e decisiva para os rumos desta eleição, como poderíamos lembrar: prisão do Lula, postura do STF nas ADINS, do TSE nas eleições e fake news. A premiação vem agora com a nomeação do Moro, que por um lado, para a base que elegeu Bolsonaro é o cumprimento da promessa de combate à corrupção e, para nós, internacionalmente, realimenta a campanha Lula Livre. Moro não é apenas um brinquedo da política ou um aventureiro, ele representa um pensamento tecnocrático do judiciário, que se vê acima das demais instituições e com a missão de reformá-las de acordo com a visão de mundo.

6. Devemos estar atentos para o papel que cumprirão as Forças armadas. Segundo o sociólogo Henrique Costa, os militares concluíram que o projeto geiselista, de modernização conservadora, perdeu sua base material com a desindustrialização do país e desde a missão no Haiti vem se preparando para lidar com o colapso econômico e institucional, usando o Rio de Janeiro como laboratório. Atentos à crise econômica e à devastação do mundo do trabalho que se converte em violência, tanto nas redes sociais como em episódios isolados espalhados pelo país, seus aliados no mundo político, desde junho de 2013, vêm se conectando com a agonia dessa classe trabalhadora e que teve seu ponto de máxima visibilidade na greve dos caminhoneiros.

7. Como todos prevemos, teremos um aumento da criminalização das lutas

sociais. Não necessariamente pelo próprio governo federal, mas a vitória de Bolsonaro sinaliza a impunidade para polícias militares, que devem ser a ponta de lança de repressão, e de ações individuais ou de pequenos coletivos de repressão autônoma.

8. A esquerda precisa fazer uma autocrítica, mas não eleitoral. Nosso pressuposto é reconhecer que não superamos as três crises que a Marta Hanecker nos avisava nos anos 90: a crise teórica, em abandonar o marxismo; a crise programática, em não termos análise da realidade, não respondíamos a altura; a crise orgânica, de não conseguirmos organizar setores precarizados ou excluídos das formas tradicionais de organização

9. Deve ser parte da nossa autocrítica que formamos uma geração não educada para a luta – o governo sempre trouxe para si os debates da sociedade. Agora esta geração esperava que o conflito se resolvesse sem eles.

10. A ação da direita, na política, agia em torno de três eixos: demonização da política, descrédito ou reconfiguração do sistema político e o antipetismo (=corrupção/vai ser Venezuela/quebrar país). Os resultados desta ação dos últimos 5 anos foi a conclusão completa do roteiro do golpe: impeachment, prisão de Lula, retirada do Lula do processo eleitoral. O movimento sindical e os partidos têm uma estranha relação com o Estado, em que confundem sua defesa e acreditam no funcionamento e dos princípios da República.

11. É resultado também da fragmentação da classe. Muitos não se enxergavam no discurso de que iriam acabar com os direitos, porque já não acessam (como carteira assinada, 13.º). E outras ações de fragmentação como o aumento da precarização, a carteira verde e amarela, vão aumentar esta dificuldade de se ver como uma classe.

12. A nossa grande derrota foi ideológica. Bolsonaro foi eleito por setores populares, que acreditam que a perda de direitos é necessária. A derrota envolve valores mais fundamentais da sociedade, o

que torna o nosso desafio ainda maior. Daí a necessidade de recolocar a tarefa de disputa ideológica, muito mais difícil e prolongada, dentro da disputa política. A nossa grande tarefa para o próximo período é de batalha ideológica. Nós precisamos reconquistar a classe trabalhadora para o nosso projeto.

13. Questões que precisamos aprofundar:

a) A questão da tecnologia precisa ser compreendida pelo nosso campo. Qual é o papel da nossa forma de agitprop e de trabalho de base contra estas armas de desinformação em massa? Precisamos entender o papel de vigilância e mobilização das redes sociais.

b) Neofascismo. Temos dito que o fascismo se caracteriza como movimento de massas de direita. O Neofascismo, prescindindo da organização popular em um instrumento de direita? Ou se não, haverá um movimento de organizar estes setores (pela aversão aos setores populares, imagino que não). Ainda é cedo para sabermos o grau de apoio que recebeu desse novo bloco mundial neofascista.

Novembro de 2018

O racismo ainda persistirá no Brasil e no mundo. Por quê?

Por Álvaro Pereira do Nascimento

Em tempos diversos, grupos humanos se identificaram a partir de suas semelhanças. Perceberam, em contraposição, diferenças quando compararam-se a membros de outros grupos, que não lhes pareciam iguais. Nestes encontros, voluntários ou involuntários, relacionaram-se entre si por diversas razões históricas: Cruzadas, Grandes Navegações, comércio de escravos africanos, guerras, migrações entre outras.

O conceito de “raça”, embora extremamente volátil ao longo da história, foi utilizado para classificar e identificar grupos de pessoas entendidas como semelhantes ou diferentes. O problema entre eles surgiu quando tais diferenças assumiram outros sentidos. Vamos direto ao ponto: quando discursos ideológicos são criados para hierarquizar um grupo em relação a outro, por diferenças étnicas e físicas (cor da pele, formatos dos olhos, nariz e boca, tipo de cabelo), gerando desigualdades diversas entre eles, aí, neste momento, estamos lidando com o racismo.

E estes discursos não foram ingênuos. Eles geraram muitos lucros a sociedades inteiras, sobretudo as que viviam na Europa. Diamantes, tesouros arqueológicos, marfim, petróleo, carvão, ouro, entre outras riquezas, foram retiradas inescrupulosamente e sem pagamento algum aos habitantes dos atuais países africanos, da Oceania e asiáticos, entre o século XIX e o período das suas respectivas independências no meado do século XX. Produtos hoje que valem trilhões de dólares/ano foram retirados a partir do discurso racista, que permitiu subjugar seus habitantes hierarquicamente frente aos europeus. O imperialismo, enfim, teve no racismo seu pilar mais primoroso.

Nos Estados Unidos e África do Sul, populações negras viveram sob sistemas de segregação racial. As constituições dos respectivos países retiraram direitos fundamentais, impedindo a possibilidade de negros e negras atuarem como cidadãos

de fato na formulação de políticas de Estado. Ausentes nesse processo, perderam ainda mais direitos. São conhecidas as terríveis cenas, permitidas pelo Estado, de segregação racial com lugares específicos para pessoas negras e brancas: assentos em transportes; pelotões nas forças armadas; escolas, bares e igrejas proibidos a negros etc. A qualidade e a quantidade dos serviços públicos destinados à população negra eram as piores. Movimentos sociais solaparam estes sistemas, com referências especiais a Rosa Parks, Martin Luther King, Malcolm X e o Partido dos Panteras Negras, nos EUA, e as figuras inesquecíveis de Stephen Biko e Nelson Mandela na luta antiapartheid sul-africana. O racismo ainda persiste nestes lugares e é alvo de atenção constante por parte de ativistas negros destes países.

Judeus e judias também enfrentaram situações que marcaram a história da humanidade. O genocídio de milhões de pessoas durante a Segunda Guerra Mundial está registrado em documentários, filmes, museus, livros, biografias e tantas outros testemunhos mantidos justamente para não esquecermos do ocorrido no meado do século XX. Desde a ascensão de Hitler, as pessoas judias perderam direitos políticos e sociais fundamentais, além de serem bloqueadas por um sistema de proibições e restrições que os/as impediam de terem compradores em suas lojas, de cursarem escolas e universidades até o momento que perderam seus lares e pertences. Não há espaço para apresentarmos aqui mais exemplos de racismo entre diversos povos. Mas eles são inúmeros.

Cientes de tudo isso, perguntamos, por que os seres humanos preservam o racismo em seu cotidiano? A desconstrução do racismo é extremamente complexa e tornou-se problema para parte expressiva dos países após a Segunda Guerra Mundial. Uma das primeiras medidas tomadas pela UNESCO foi justamente criar um programa reunindo diversos especialistas de diferentes áreas de pesquisa para explicar

que não havia diferenças biológicas que legitimassem a crença em raças humanas. De lá para cá, sabemos todos que raça é uma construção social e não tem comprovação científica alguma em termos biológicos, o que foi ainda mais reforçado pelos recentes estudos do genoma humano.

E por que este exercício de desconstrução é difícil? As desigualdades geradas lá atrás por estes discursos produziram espaços sociais de privilégio para pessoas classificadas como hierarquicamente superiores. Seus descendentes mantiveram estes espaços para que as gerações posteriores ali se mantivessem. E que lugares são estes? São os cargos executivos e de mando em empresas e departamentos públicos e privados, as vagas nas melhores escolas e universidades públicas, a moradia nos bairros melhor urbanizados e livres de doenças, o acesso ao capital intelectual e social com ampla e poderosa rede de sociabilidades, e a possibilidade de tentar diferentes experiências profissionais e pessoais ao longo da vida sem pôr em risco os privilégios recebidos dos seus ascendentes.

Podemos falar aqui dos reclamados méritos dos ascendentes ao aquinhoarem alguma riqueza e deixa-la para seus descendentes. Aquele avô ou bisavô de cor branca labutaram, sim, inegável, mas não enfrentaram as barreiras raciais. Pelo contrário, foram vistos como necessários ao branqueamento da população brasileira por meio de casamentos inter-raciais e tantas vezes receberam incentivos governamentais como ocorreu em sistemas de colonização.

A população negra egressa do cativeiro, pelo contrário, não recebeu terras como os imigrantes e enfrentou os males do racismo desde a segunda metade do século XIX. Ele foi construído por teóricos raciais que defenderam a posição inferior dos negros, indígenas e mestiços frente a branca e popularizaram este pensamento através de jornais de grande circulação e romances diversos, que cimentaram o preconceito racial contra pessoas negras, definindo-as como sujas, viciadas, alcoólatras, perigosas, incapazes intelectualmente, preguiçosas, feias e suspeitas. Exemplos disso podem ser encontradas até hoje em histórias em quadrinhos, novelas, comerciais, nas

condenações mais pesadas na justiça, nos mortos pela polícia, na ausência dos negros em universidades e como médicos em hospitais. Os ascendentes de negros e brancos não largaram da mesma linha nos 100 metros rasos da vida.

As cotas vieram para combater o racismo no Brasil e em outros países do mundo, como os EUA. Isso mesmo, a política de discriminação positiva não foi criada aqui e nosso país não está sozinho no mundo. Se o Estado não tomar providências, as desigualdades raciais não cessarão tão cedo. Com as cotas, hoje a universidade está mais negra, seja na graduação ou na pós-graduação das universidades. Também os empregos públicos receberão maior quantidade de pessoas negras com as cotas raciais. Segundo o Instituto Ethos, em parceria com o IBOPE, ao avaliar as desigualdades raciais e sexuais entre funcionários das 500 maiores empresas brasileiras, ou seja, as que oferecem os melhores salários aos trabalhadores, se nada for feito o “equilíbrio no quadro” entre brancos e negros e entre homens e mulheres só será alcançado “em 150 anos”, como defendeu Jorge Abrahão, presidente do instituto, em 2010.

Daí entendermos que o racismo não é um problema do negro ou da negra. Quem criou o discurso racista foram pessoas brancas, que acreditaram na ciência para explicar a diferença entre os seres humanos. E esta criação levou a formulações racistas, empenhadas pelo próprio Estado para tornar as possibilidades desiguais para brancos e negros.

Como sempre nos lembra o babalorixá Ivanir dos Santos, não há democracia com racismo.

Bora construir um país menos desigual e democrático para *tod@s* nós?